

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Tarcísio, o alvo

Em um dado momento do café com jornalistas, o presidente Lula citou especificamente os R\$ 21 bilhões investidos na área de infraestrutura em transportes nos últimos quatro anos. Ele garantiu que, só este ano, esses investimentos chegarão a R\$ 23 bilhões. Se a conta ficar nisso mesmo, o discurso para superar o atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, estará pronto. Afinal, foi Tarcísio o ministro dos R\$ 21 bilhões investidos.

## Lira e a bala perdida

O setor de transportes está hoje sob o comando do senador Renan Filho (MDB-AL), maior adversário do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Como ministro, o filho do senador Renan Calheiros tem a faca e o queijo na mão para atrair os prefeitos, a fim de tentar esvaziar o poder de Lira no estado.

## A conversa com os chineses

A conversa do presidente Lula com os chineses será "preto no branco": não haverá venda de empresas brasileiras, mas nada impede que abram aqui suas fábricas e tragam investimentos para geração de empregos. "Me interessa a ideia de produção de carro elétrico no Brasil", disse.

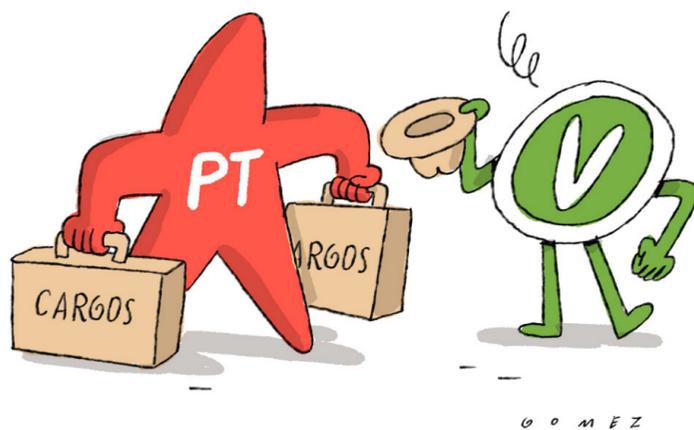
## Há vagas

O Orçamento está no limite, mas o presidente da República não desistiu dos planos de retomar um estado forte em setores estratégicos. Ele lembra que, quando deixou o governo, no final de 2010, o Ibama tinha cerca de 1,7 mil funcionários e, hoje, são em torno de 700. "Nosso parâmetro é o que tinha quando eu era presidente. Tem que voltar a ter 1.700", afirmou.

# O PT ganha mais cargos e PV fica a ver navios

Enquanto os senadores Omar Aziz (PSD-AM) e o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), concorrem pelo comando da Zona Franca de Manaus, o presidente Lula fechou a nomeação do ex-senador Paulo Rocha (PT-PA) para a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A expectativa do PT é de que seja oficializada logo depois da Páscoa. Assim, é mais um braço do Senado que ocupa posto de destaque no governo.

O problema é que, a cada nomeação de Lula, cresce a legião de insatisfeitos não atendidos. O Partido Verde, por exemplo, abriu mão de concorrer a uma das vagas da Mesa Diretora da Câmara em troca de espaço no governo. Foi, inclusive, prometido um cargo no conselho de Itaipu. O governo, porém, anunciou os novos conselheiros e deu posse aos diretores, sem levar em conta as indicações do PV. O partido é o único aliado de primeira hora que ficou sem um ministério para chamar de seu na largada deste terceiro mandato de Lula.



## CURTIDAS

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press



**Relator é tudo/** O que aumenta o otimismo do presidente Lula em relação à reforma tributária é o fato de o relator ser favorável. Nos tempos em que Sandro Mabel (foto), do MDB, tratou do texto, o governo Lula 2 terminou convencido de que o então deputado não queria aprovar a reforma.

**Veja bem/** O presidente já tem a narrativa para tentar atrair os parlamentares a aprovar a reforma: se passar e os impostos da população mais necessitada, de fato, baixarem, todos os deputados ganham discurso e legado para as eleições de 2026.

**Validade zero/** A promessa que Lula fez de não falar mais de Sergio Moro e nem do ex-presidente Jair Bolsonaro — "a coisa e o coiso" — não durou 10 minutos. Mal disse que não falaria mais deles, o presidente, perguntado, discorreu sobre o que considera o futuro do antecessor.

**Pausa/** Vou ali cuidar da vida um pouquinho e volto na próxima quarta-feira, para acompanhar de perto o seminário sobre a reforma tributária, uma iniciativa do **Correio** em parceria com a Unafisco. Boa Páscoa a todos.

## GOVERNO

# Lula quer sepultar "excludente"

Presidente pede retirada de PL, apresentado por Moro quando era ministro de Bolsonaro, que não pune militar por ato violento em GLO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao Congresso a retirada de tramitação de quatro propostas enviadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Conforme solicitação publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* de ontem, Lula quer que o Legislativo desista de apreciar o Projeto de Lei 6.125/19, que estabelece normas aplicáveis aos militares e aos integrantes de órgãos de segurança e da Força Nacional de Segurança Pública em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

O texto, que dispõe sobre o chamado "excludente de ilicitude" — elaborado quando o hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR) era ministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro — isenta militares e agentes de segurança de punição durante as operações de GLO. A possibilidade de redução ou mesmo isenção de pena a policiais que causarem morte durante sua atividade (o excludente) foi uma promessa do ex-presidente ainda na campanha eleitoral de 2018.

O governo federal também pede ao Congresso a interrupção do projeto que pretende tirar a obrigação de envio de recursos do pré-sal para o Fundo Social, voltado para áreas como saúde e educação. O pedido de cancelamento de tramitação de Lula também alcança um PL de 2021, que limita a remoção de conteúdos nas redes sociais da internet.

O projeto do governo Bolsonaro sobre as redes sociais sugere alterar o Marco Civil da Internet para impedir que as plataformas cancelem perfis ou retirem conteúdos que venham a ferir os termos de serviço, exceto se houver "justa causa". A alegação era que as novas regras garantiriam a liberdade de expressão.

## "PEC Pazuello"

Quase três meses depois da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro, o governo tem pronta a minuta de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que proíbe militares da ativa de assumir cargos no Poder Executivo e de disputar eleições. Batizada de "PEC Pazuello", o texto é uma referência ao hoje deputado federal Eduardo Pazuello, que, como general da ativa, assumiu o Ministério da Saúde e, nesta condição, participou de ato da campanha de Bolsonaro à reeleição.

A minuta determina a transferência para a reserva, demissão ou licença *ex officio* — o que equivale passar à reforma, mesmo sem o tempo de serviço, com vencimento proporcional ao período trabalhado — do militar que registrar candidatura. Hoje, a Constituição permite que militares com mais de 10 anos de serviço retornem às atividades se forem candidatos e perderem as eleições.

A proposta também cria uma regra de afastamento para quem ocupar cargo de ministro. O dispositivo incluído destaca que "para tomar posse no cargo de ministro de Estado, o militar deve ser transferido para reserva".

Após a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, Lula iniciou um processo que chamou de "despolitização" das Forças Armadas. Quando assumiu o Planalto, havia 6.157 militares em cargos comissionados.

O texto foi preparado pelo Ministério da Defesa, após consultas aos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e encaminhado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência.

Credito:Jefferson Rudy/CB/D.A Press



Governo quer proibir que militar da ativa assuma cargo civil, como fez Pazuello quando foi para o Ministério da Saúde

## » Oficializada saída de Lewandowski

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que oficializa a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal. O magistrado deixa a Corte em razão da idade, pois, em maio, ele completará 75 anos — limite para ocupar uma das cadeiras do STF. A saída foi antecipada em um mês por decisão do próprio magistrado. A publicação, que concede aposentadoria a partir da próxima terça-feira, foi publicada no *Diário Oficial da União (DOU)*. Dessa forma, Lula terá de indicar um novo nome para completar o grupo de 11 ministros do Supremo. Lewandowski afirmou que apesar de ter se encontrado com o presidente da República nas últimas semanas, não indicou nenhum nome para sucedê-lo.

# Dino move ação contra Dallagnol no STF

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, apresentou uma notícia-crime para o Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a Corte investigue o deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) no inquérito das fake news pelos crimes de calúnia, difamação e racismo. O documento foi apresentado na terça-feira. O inquérito está sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes e é sigiloso.

O estopim do atrito entre os dois aconteceu depois dos comentários que Dallagnol fez sobre a ida de Dino ao Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, em 13 de março, para um

evento sobre segurança pública — quando se encontrou com lideranças da comunidade. Segundo o ex-procurador da República, o ingresso de uma autoridade no local só seria possível por meio de negociação com quadrilhas de traficantes que dominam a região.

O pedido foi direcionado ao inquérito das fake news porque Dino afirma que Dallagnol propagou notícias falsas ao dizer que ele "se reuniu e fez acordo com chefes de organizações criminosas (especialmente o PCC)". "Nasquela região estão presentes grupos armados que entre si disputam poder, e contra esses há de

ser assegurado o cumprimento da lei. Contudo, há imensa maioria de cidadãos que não possuem relação com o mundo do crime", diz o documento.

O deputado classifica a investigação como um ataque pessoal. "O que eu falei está dentro do espaço legítimo do discurso. Flávio Dino está recusando a pluralidade de ideias e do debate público, recusando a democracia, violando imunidades e prerrogativas ao parlamento", acusa.

A vinculação ao crime de racismo está fundamentada, de acordo com o texto da representação, com o vínculo que o parlamentar faz entre o Complexo da

Maré e o crime organizado. O ministro negou que haja perseguição ao deputado, ao qual acusa de uso deturpado da imunidade parlamentar.

O embate entre Dino e Dallagnol espelha a irritação, dentro do governo, com todos os representantes da Operação Lava-Jato. Durante uma visita ao Complexo Naval de Itaguaí (RJ), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se referiu a um plano da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) para sequestrar o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR), e seus parentes, como uma "armação".